

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 291

Período: 03/05/2008 a 09/05/2008

GEDES - Brasil

- 1- Programa Nuclear Brasileiro pode ser retomado
- 2- General da reserva critica relação entre Ministério da Defesa e Forças Armadas
- 3- Novos postos do Exército serão instalados na região Norte do Brasil
- 4- Museu que registra participação brasileira na Segunda Guerra Mundial encerra atividades

1- Programa Nuclear Brasileiro pode ser retomado

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, está otimista com a possível retomada do Programa Nuclear Brasileiro. O aumento do preço do petróleo no mercado internacional e o debate sobre o aquecimento global são fatores que podem estimular a geração de energia elétrica em usinas nucleares. O ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, também destacou que o Brasil possui “a sexta maior reserva de urânio do mundo e o domínio da tecnologia do ciclo do combustível”. De acordo com a empresa Eletronuclear, são necessários apenas alguns meses entre a emissão da licença ambiental e a retomada das obras da usina nuclear de Angra III. (*Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/05/2008*).

2- General da reserva critica relação entre Ministério da Defesa e Forças Armadas

Em análise ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva criticou a atual relação entre o Ministério da Defesa (MD) e as Forças Armadas. Segundo Paiva, a hierarquia e a disciplina são “os fundamentos das Forças Armadas de qualquer país” e que, no caso brasileiro, são “instituições permanentes e se subordinam ao Estado”, sendo o presidente da República o chefe de Estado, “o comandante supremo das Forças Armadas”, que possui a obrigação moral e funcional de colocar os interesses nacionais acima de interesses de governo e de partido político, especialmente quando “uma decisão afete a defesa, a soberania e a integridade nacionais”. A partir dessas pontuações, Paiva destacou que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o MD deveriam ter o mesmo peso político ao assessorarem o chefe de Estado em temas relacionados à defesa e segurança nacional, mas isso não ocorre na prática, evidenciando um “desequilíbrio perigoso, com a balança pendendo para o MRE, o que evidencia falta de preparo e visão estratégica da liderança nacional, incapaz de perceber vulnerabilidades daí decorrentes”. De acordo com Paiva, a criação do MD nunca integrou as Forças Armadas, pelo contrário, as afastaram do núcleo de decisão do governo, sendo que os ministros da Defesa são meramente escolhidos por critérios políticos, não conhecem a organização militar e não são especialistas em defesa. A partir dessas críticas, Paiva analisou a questão amazônica, especialmente a

criação de terras indígenas em faixas de fronteira, que em sua opinião constitui uma ameaça à soberania nacional e é um assunto há muito tempo discutido no meio militar, mas este, sem representação efetiva no poder central, ficou incapacitado de tomar ações efetivas. Na concepção de Paiva, o maior perigo estaria concentrado na ação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais, que inclusive podem defender a autodeterminação das terras indígenas. O general ainda criticou duramente o fato do Brasil ter aderido à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007, que prevê justamente a autodeterminação destas áreas. A partir da Declaração, levando em consideração a grande quantidade dessas terras no território nacional, o Brasil corre o risco de se dividir em “ilhas”. Ressaltando que Estados Unidos, Austrália e Canadá votaram contra, Paiva insinuou que o Brasil criou essas “ilhas” em momentos de interesse político e que, com ou sem representação, cabe às Forças Armadas alertar a nação para não serem responsabilizadas por se “omitirem em momento tão delicado como o que vive o Brasil”. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 07/05/2008).

3- Novos postos do Exército serão instalados na região Norte do Brasil

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército foi autorizado, no dia 07/05/08, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a instalar cinco pelotões de fronteira na região Norte do Brasil, preferencialmente na faixa que concentra as terras indígenas localizadas na área fronteira com a Guiana e a Venezuela, conhecida como reserva Raposa Serra do Sol (estado de Roraima). De acordo com o *Jornal do Brasil*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, anunciou que nos próximos meses haverá um crescimento exponencial da presença das Forças Armadas na região Amazônica, que atualmente conta com 29 pelotões. O *Estado* informou que o ministro participou de reunião com o presidente da República, o comandante do Exército, Enzo Peri, e o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o resultado foi um acordo no qual o Exército deverá apresentar dentro de quarenta dias um planejamento para a criação dos pelotões, instalando-os dentro de seis meses. Além disso, o governo irá inserir um artigo no Decreto 4.412 (de outubro de 2002) a respeito da atuação das Forças Armadas em terras indígenas, a fim de prevenir que ocorra qualquer empecilho para a entrada, ocupação e operação das Forças nessas áreas; o que significa que o Brasil não aceitará a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) expressa na Declaração dos Povos Indígenas, a qual afirma ser necessária uma autorização do Conselho Nacional de Defesa para o envio das tropas às referidas áreas. Segundo o mesmo jornal, as decisões respondem ao questionamento de civis e militares em relação à atuação de determinadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que impediram a entrada de militares nas terras indígenas. O ministro da Justiça ainda ressaltou que o governo pretende realizar uma operação de desarmamento da população indígena, a fim de que na região se possa restabelecer a normalidade e a paz, afirmando que se alguém for pego com qualquer arma poderá responder a processo legal. Genro também deixou clara a posição do governo a favor da demarcação da reserva em área contínua, e afirmou que a decisão do Superior Tribunal Federal, qualquer que seja, será respeitada. O *Jornal do Brasil* noticiou que o plano de instalar pelotões nas áreas de fronteira

ocupadas por indígenas pode ser entendido como uma forma de defender a soberania nacional. De acordo com o jornal, o presidente Lula afirmou que as reservas indígenas nas fronteiras constituem um fator de defesa da integridade nacional, e não uma ameaça à soberania no país. Apesar de não citar o nome do comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, que recentemente criticou as ações governamentais de proteção à população indígena, Lula afirmou que a questão da demarcação das terras em Roraima gerou um “antagonismo desnecessário”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/05/08; Jornal do Brasil – País – 09/05/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/05/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/05/08).

4- Museu que registra participação brasileira na Segunda Guerra Mundial encerra atividades

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou que a associação dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) anunciou no dia 08/05/08 o fechamento do museu que abriga os registros da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Os oito funcionários da associação, que além de cuidar do museu mantinham uma biblioteca e o serviço de assistência jurídica aos veteranos, foram demitidos por falta de recursos. O coronel Helio Mendes, presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, declarou que “fica claro o descaso dos governos com a história e a memória do País”. Mendes não esteve presente na cerimônia do Dia da Vitória, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de José Alencar, vice-presidente da República, e Nelson Jobim, ministro da Defesa. (O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 09/05/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais), Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História; bolsista PIBIC/CNPq).